

**RE no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.338.354 - DF
(2018/0194838-9)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : FERNANDO PATRICIO SILVA
ADVOGADO : MANOEL DA CRUZ DA SILVA - DF040377
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO RECURSAL. MATÉRIA PENAL. PRAZO CONTÍNUO DO ART. 798 DO CPP. INAPLICABILIDADE DO ART. 219, *CAPUT*, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso extraordinário, interposto por FERNANDO PATRÍCIO SILVA, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 662):

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO AGRAVADA PROFERIDA PELA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE SUPERIOR. MANUTENÇÃO.

A ausência de impugnação aos fundamentos da decisão que não admitiu o recurso especial impõe o não conhecimento do agravo em recurso especial.

Agravo regimental desprovido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 674 a 687), sustenta o recorrente que foram violados o art. 5º, XXXVII, da Constituição Federal, bem como os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, razoabilidade e proporcionalidade.

As contrarrazões foram apresentadas (fls. 695 a 702 e 704 a 708).

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Consoante certificado (fl. 692), verifica-se que a decisão recorrida foi considerada publicada em 14/11/2018. A contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 16/11/2018 e encerrou-se em 30/11/2018. **Em causas penais, como a presente, o prazo não é contado em dias úteis, mas de forma contínua.**

O recurso extraordinário somente foi protocolado em 3/12/2018 (fl. 674), sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Note-se que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente expressado o

entendimento de que não se aplica o art. 219, *caput*, do Código de Processo Civil no âmbito penal, diante da ausência de omissão no sistema processual penal a respeito da contagem dos prazos, à vista do disposto no art. 798 do Código de Processo Penal.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTEMPESTIVO. CONTAGEM DE PRAZO (ART. 798, CPP). RELATÓRIO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO E DE SUBSTABELECER NÃO COMPROVADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL firmou entendimento no sentido de que a contagem do prazo processual penal é disciplinado por norma específica que dispõe sobre a matéria, no caso o artigo 798 do Código de Processo Penal, o que afasta a incidência do artigo 219 do Código de Processo Civil. Recurso extraordinário interposto fora do prazo legal. 2. Esta CORTE SUPREMA tem o entendimento no sentido de não admitir o recurso intempestivo quando não comprovado pelo causídico a impossibilidade de atuação ou, ainda, de substabelecer mandato. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 1111325 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 17/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-179 DIVULG 29-08-2018 PUBLIC 30-08-2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL. CONTAGEM CONTÍNUA DO PRAZO EM MATÉRIA PENAL. ARTIGO 798 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APELO EXTREMO INTEMPESTIVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LXV E LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(ARE 1124766 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 04/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018)

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra **MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**, Vice-Presidente

